

**A IDENTIDADE LOCAL A PARTIR DO ESPAÇO DE MEMÓRIA DAS CASAS DE
FARINHA: O CASO DA COMUNIDADE SÃO JOÃO BATISTA - LAGOA SECA -
PARAÍBA (1995 – 2004)**

ALEX PEREIRA DA SILVA*

Resumo

Uma temática que anda muito em voga no campo das investigações historiográficas relaciona-se às identidades, estas, que emanam através de diferentes frentes vinculadas às formações subjetivas, assim como, de caráter comunal. Partindo deste pressuposto, este artigo tem por intenção investigar como a identidade na comunidade São João Batista, situada na cidade de Lagoa Seca – PB; foi constituída a partir das relações com o espaço da casa de farinha reutilizando-o de peculiares formas, assim, transformando-o em espaço de memória social promotor de sentimentos de integração que são típicos de relações comunitárias. Desta forma, o trabalho proposto utilizar-se-á de documentos orais construídos a partir de relatos dos indivíduos que, por longa data, utilizaram estes espaços para construir um cotidiano de integração nesta comunidade que esfacelou-se na primeira década deste século, assim como, de um exercício de revisão bibliográfica sobre os olhares voltados para a temática. Como bases teóricas para leitura e interpretação das fontes, assim como, para a análise do objeto pretendido, utilizaremos os conceitos de experiência, comunidade e de identidade; a partir das ferramentas interpretativas fornecidas pelo historiador inglês E. P. Thompson, juntamente, a noção de espaço de memória constituída por P. Nora. Assim, avaliamos, como pertinente a discussão presente neste trabalho proposto, pois além de enfatizar um espaço de notável contribuição de bens não materiais para a comunidade mencionada, também, trata-se de uma interpretação que defronta a história tradicionalmente urbana, partindo da concepção que o campo também possui notoriedade para a configuração de identidades desde longa data e, por consequência, carece de melhores revisões no espaço das investigações historiográficas.

Palavras-chave: Identidade. Casas de farinha. Comunidade. Experiências. Espaços de memória.

**IDENTITY LOCAL MEMORY FROM SPACE THE FLOUR OF HOUSES: THE
COMMUNITY CASE SÃO JOÃO BATISTA - LAGOA SECA - PARAÍBA (1995-
2004).**

Abstract

A theme that goes very in vogue in the field of historiographical investigation is related to the identities, these emanating through different fronts linked to subjective formations, as well as

* Graduando em história na Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: aleks1928@hotmail.com

communal character. Based on the assumption, this article is intended to investigate how the identity in São João Batista community in the city of Lagoa Seca - PB; It was formed from the relations with the space of it houses flour reusing it in particular ways, thus, turning it into space for social memory promoter feelings of integration that are typical of community relations. Thus, the proposed it work will be used for oral documents constructed from reports of individuals who, for a long time, used these spaces to build an integration routine in this community is shattered in the first decade of this century, and , an exercise literature review on the eyes turned to the theme. As a theoretical basis for reading and interpretation of the sources, as well as, for the analysis of the desired object, we will use the concepts of experience, community and identity; from the interpretive instruments provided by the English historian E. P. Thompson, together, the memory space it concept composed of P. Nora. Thus, we evaluated as relevant discussion present this proposed work, as well as, emphasizing a remarkable contribution of space it is not material goods to the affected community, too, it is an interpretation that confronts the urban traditionally story, it is starting from conception field it has also renown for identities long-standing configuration and therefore lacks best revisions within the historiographical investigations.

Keywords: Identity. Flour Houses. Community. Experiences. Spaces of memory.

INTRODUÇÃO

As pesquisas que são norteadas pela interpretação das identidades possuem notáveis vértices de complexidade, haja vista que, seus direcionamentos, podem apontar para diversos caminhos e/ou finalidades. Desde a caracterização das subjetividades; do sentido de pertencimento que é evocado a partir de uma atividade em meio ao processo produtivo; as construções discursivas feitas acerca do outro; e, também, voltadas para o meio sociocultural em que a identidade está imersa. Neste sentido, a temática que se direciona a interpelar sobre às constituições acerca das identidades assume diversas formações teóricas e analíticas que apontam para distintas conclusões, todavia, com a enfática exaltação das subjetividades e do esfacelamento promovido por uma “modernidade fluída”, parece-nos problemático criar um ordenamento voltado para a individualização em oposição às peculiaridades que formam as condições e tessituras volvidas para as relações humanas. Mediante esta problemática, ponderaremos acerca da permanência de algumas características não condizentes com o “ethos moderno-capitalista” que tendem a burocratizar e estigmatizar as relações humanas situadas na busca pelo lucro e no individualismo; perante as peculiaridades que envolveram às casas de farinha chegando a fazê-la assumir uma feitura de *lugar de memória*.

Dito isto, enfatizaremos a noção de comunidade em consonância com a ideia de construção da memória coletiva como o lastro que guiará nossa tessitura interpretativa acerca das relações de formação da identidade comunitária em um lugarejo denominado de São João Batista – Lagoa Seca (PB) – entre os anos de 1995 e 2004. Tomando como marco simbólico o espaço da casa de farinha, buscaremos construir uma explanação que tenda a perceber como foram formatadas as relações desta alusiva comunidade a partir de sua afinidade com este ambiente de transformação material. Em antemão, salientamos a necessidade de expandir a noção de casa de farinha. De um espaço beneficiamento da mandioca para um ambiente que demarcou simbolicamente o sentido de pertencimento de uma comunidade, a partir da noção que circunda a categoria identidade. Como uma espécie marco referencial para a ativação da memória daquele remoto lugarejo que, inconscientemente, passou a subverter a lógica de um sistema de relações econômicas que prezam pelo acúmulo de capital e pela classificação do outro perante suas posses, a casa de farinha, assumiu a condição de protagonista. Desta forma, a concepção de comunidade que será trabalhada enfatizará aspectos que são fugidios ao macro sistema que ela, desde longa data, esta imersa.

Mediante isto, basear-nos-emos teoricamente nas ideias de comunidade, identidade de coesão e de experiência; capitaneadas pela concepção epistemológica do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1981; 2008; 2011) que fomentou o lastro interpretativo da referente interpretação a partir da noção de experiência, assim, caracterizando o sentido de comunidade como sendo algo que se constrói em detrimento das condições históricas que a envolve, assim, como consequência, possui características singulares; acompanhado esta proposição, a casa de farinha, passou a transcender sua função material a priori, assim, alcançando uma configuração imagética diretamente ligada à aquele grupamento que a vivenciou e produziu nestes espaços toda uma economia de símbolos e significados. Neste sentido, definimo-las como *espaços de memória* para os que presenciaram o sentido de comunidade que entrou em decadência dentro do modo-de-produção capitalista. Partindo deste pressuposto, a concepção de memória atrelada ao lugar fomentada por Pierre Nora, baseará nossa análise sobre a formação imagética da casa de farinha nas recordações daqueles que foram forjados nestes espaços; além destes dois autores mencionados, utilizar-nos-emos de outros que pontualmente oportunizarão nossa análise.

Metodologicamente, nossa abordagem, se guiará através de dois momentos. Primeiramente uma pesquisa e revisão bibliográfica acerca das casas de farinha, paralelamente acompanhada de revisão teórica e metodológica para lastrear e fundamentar a referente análise. Em um segundo momento, foi realizado um levantamento na atinente comunidade com a visitação às antigas casas de farinha, que nortearam o selecionamento de possíveis nomes a serem entrevistados que o foram, assim, contribuindo para uma idealização acerca da identidade naquela comunidade diretamente ligada à estes ambientes. Dentro deste contexto, depois de coletadas as entrevistas e integradas às possíveis referenciais bibliográficos a análise ganhou corpo e possibilitou a alusiva contribuição deste texto que está inserida em uma vertente da história cultural, todavia, suas impressões também apontam para o campo da história social.

Diante do exposto, este conciso enunciado estará sistematicamente dividido em três partes, respectivamente: uma exposição sobre a casa de farinha na história do município de Lagoa Seca para situar espacialmente e historicamente o objeto da discussão, assim como, para principiar os referenciais que nortearam a importância da temática; em um segundo momento será construído um esboço teórico acerca da casa de farinha transcendendo a noção de espaço de beneficiamento de matérias-primas e produção de bens de consumo, juntamente às atribuições referenciais que constituíram as visões de comunidade, identidade e sua relação com o espaço analisado dentro do ambiente produtivo; e, para concluir nossa análise, apresentaremos o lócus da pesquisa que situa-se na cidade de Lagoa Seca, mais precisamente na comunidade São João Batista – também conhecida como Lagoa do Barro – buscando avaliar como em um período tão próximo “temporalmente” ainda se constituíam relações sólidas de integração comunitária em um modo-de-produção que corrói a coesão entre os meios sociais com a promoção do individualismo. Desta forma, partimos para o primeiro ponto da discussão proposta.

1. Lagoa Seca e as casas de farinha: uma relação de longa data e profunda coexistência

O município de Lagoa Seca possui, desde longa data, uma relação íntima com as casas de farinha. Desde a longínqua época, entre os anos de 1930 até a emancipação no dia 04

de janeiro de 1964, quando, através da lei nº 3.133, o governador Pedro Moreno Gondim instituiu a autonomia do município em relação à Campina Grande; que a economia deste município possui uma ligação direta com a produção de farinha. No período onde era um distrito de Campina Grande, a terra que já foi conhecida como Ipuarana (IPU = lagoa; ARANA = Seca), possuía uma relação de notável produção de bens de consumo a partir da mandioca, assim como o sisal. Assumindo a condição de protagonista, na economia local,

A produção de farinha de mandioca atingiu números de produção muito altos em Lagoa Seca quando foi instalada em 20 de janeiro de 1936 a cooperativa dos beneficiários de mandioca de Lagoa Seca. A cooperativa recebeu o apoio de Argemiro Batista e Antônio Borges e estava a sua frente o senhor José Jerônimo da Costa, sendo a grande quantidade do produto destinada à feira de Campina Grande e de lá ao serão e litoral (SANTOS, 2007, p.121).

Neste sentido, trata-se de um aspecto relativamente antigo na história destes ambientes às articulações dos trabalhadores mediante aspectos que circundavam a produção da farinha. Desde a produção da matéria-prima, onde recorrentemente às questões hídricas foram problemas à serem enfrentados, segundo define Santos (2007), principalmente a partir de poços, cacimbas e de um reservatório conhecido como cacimbão. Todavia, não apenas a produção estava em constante perigo, mas também, o escoamento final que era feito na feira de Campina Grande, onde os atravessadores constantemente vilipendiavam o necessário capital dos produtores da farinha. Diante deste problema ocorreram tentativas para a criação de uma feira de grande porte em Lagoa Seca, entretanto, logo foram a bancarrota devido à proximidade com a Campina Grande e a desigual competição, o que de certa forma construiu um lastro de dependência de Lagoa Seca à sua antiga cidade de pertencimento.

Posteriormente à emancipação, o município de Lagoa Seca, continuou em suas matrizes produtivas ligadas à produção de bens de caráter artesanal que, em certo modo, contribuiu para a manutenção de uma população majoritariamente camponesa. Mediante às necessidades de bens de consumo que constantemente acometiam os moradores destas localidades, assim como, às dificuldades para trazer de Campina Grande muitos bens de consumo por questões de locomoção que eram feitas em lombos de jumentos, estes habitantes, buscaram criar certas autonomias. A partir destas necessidades de consumo direto e de busca por uma possível fonte de renda, às casas de farinha começaram a ser disseminadas nos territórios dos agricultores, todavia, o número destes recintos de trabalho não era equivalente à percentagem de famílias que habitavam na zona rural, logo, através do regime

de aluguel estes espaços eram utilizados por diversas famílias que contribuíam com o produto final como pagamento para o uso do espaço.

Dentro deste contexto, que em certa medida se prolongou até os primeiros anos do século XXI, as casas de farinha passaram a subsidiar às necessidades primárias das comunidades camponesas que se situavam nos mais remotos recantos do município de Lagoa Seca. Devido a produção destes espaços de transformação material se voltar principalmente para um bem de consumo que personifica signos da identidade nordestina e seu produto ser apreciado em grande parte da população lagoa-sequence, salientamos a potencialidade deste bem de consumo para a manutenção das famílias mais carentes, assim como, a sustentação da economia camponesa deste município.

Mediante esta breve exposição, enfatizamos a consolidação de uma economia farinheira que, paralelamente, construiu uma identidade camponesa acerca das mesmas proposições existenciais. Neste sentido, o material final constatou uma identidade que elencou como o seu berço os espaços das casas de farinha. Seguindo este breve esboço acerca do simbolismo da casa de farinha para a história do município de Lagoa seca e o produto final destes espaços, buscaremos inferir sobre o processo interno de transformação de matérias-primas em bens de consumo para discorrer sobre estes espaços não apenas como beneficiamento da mandioca, mas também, como construtor de sociabilidades dentro do processo produtivo que trabalharemos no tópico a seguir.

2. Um breve referencial teórico acerca da casa de farinha: da atribuição material à simbólica dentro do meio produtivo

Dentro dos discursos analíticos das ciências sociais e da história, as referências voltadas para as casas de farinha percebem-na, hegemonicamente, como um mero espaço de transformação material. Embebidos em uma vertente do materialismo histórico dialético mais rudimentar e determinista onde a base condiciona à superestrutura. Seguindo esta proposição, as bases materiais atribuem a principal função e, por assim dizer, a definição de produção de bens consumíveis voltados restritamente para as relações comerciais, sob a perjurá de uma afinidade burocrática pré-estabelecida em leis da oferta e a da demanda. Neste sentido,

salientamos que não se pode negar esta produção de bens de consumo aos espaços das casas de farinha, entretanto, as teias comerciais que envolvem a referente economia guiam-se por um referencial substancialmente diferente.

Mediante a alusiva contextualização não descartamos a condição de produção de bens de consumo nestes espaços, mas, propomos expandi-los para os aspectos que alcançam a outra via da categoria trabalho. Partindo deste pressuposto, destacamos que a casa de farinha deve ser interpretada como um espaço de relações de trabalho, assim como, de transformações materiais que podem ser definidas como os

processos entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (MARX, 1996, p.297).

Todavia, em consonância com a segunda via que interpõe uma dubiedade à referente ação, assim, o ser transforma o meio produtivo e como consequência “ao modificá-lo, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (p.297). Uma ação do ser sobre o meio que age transformando-o e modificando a si próprio. Seguindo esta proposição, a partir das transformações derivadas das forças de trabalho e das caracterizações que paralelamente caminham para a composição das pertencas humanas, percebemos o limiar discursivo que pode apontar para uma nova interpretação acerca das casas de farinha.

Apesar da casa de farinha, no contexto estudado, está envolvida no modo-de-produção capitalista e, por consequência, em prerrogativas anti-comunitárias que são pregadas pelo conjunto de relações sociais tecidas em seu meio, os referenciais internos resistiram desde longa data às imposições deste sistema imperialista e disseminador do individualismo. Mediante uma definição histórica que comporta o olhar sobre elas, a partir da proposição de classe designada por Thompson (1981), referenciamos a nossa concepção para perceber uma interpretação sobre estes espaços como artefatos que obedecem a uma historicidade. Não somente como um ambiente estático de meras relações de transformação de matérias-primas em bens alimentícios, mas também, como um recinto onde se construiu relações pertencimento de cunho social; familiar; comunitário; de práticas de linguagem; de divisões de gênero; enfim... um espaço que suplanta as meras condições materiais que estão convencionalmente naturalizadas nos modelos analíticos.

Por meio de um paralelo entre os empregos da visão estática e os revisionismos propostos, podemos sistematizar uma análise do processo de beneficiamento da mandioca através de etapas que teciam diferentes relações sociais e de interação. Desde a extração da mandioca (fundamental para a produção dos principais produtos; o material era conseguido através de um plantio de subsistência ou através de compras nos arredores dessas “indústrias artesanais”) que além de principiar a ação de produção também prenunciava traços da cultura comunitária mediante “contratos morais”; até o processo final de cozimento.

Através dos “mutirões” unitários ou por meio de diaristas que custeavam seu trabalho a cerca de quinze reais¹ em média; se iniciava a produção material e se reforçavam os contratos informais. Posteriormente à extração, acontecia o deslocamento da matéria-prima exercido, por via de regra, através da força-motriz animal, basicamente, carroças de boi. Cabe-se salientar, que a logística privilegiava as plantações que eram mais próximas da casa de farinha. O sentido dos mutirões, que vinham a principiar as etapas da farinhada, criava um ordenamento econômico que fugia ao *ethos capitalista*, principalmente, pelos contratos informais que eram construídos nestes meios. Em uma ação de troca, estes movimentos, não estavam a serviço do capital econômico diretamente, mas, prezavam por um contrato moral entre os meios de produção. Neste sentido, a participação em uma ação comunitária do arranque da mandioca primava pela troca de favorecimentos não materiais que fomentavam o lastro das coesões sociais. Uma relação mais rudimentar que prezava pelo bom senso do beneficiário que deveria ajudar aqueles que o auxiliaram de alguma maneira, que poderia ser: sua mão-de-obra em um movimento de arranque posterior; a concessão de cuias de farinha; massa para tapioca ou beiju; os caules que sobravam da extração para a alimentação do gado ou para o plantio em outro roçado; ou outro material que na maioria das vezes não possuía um contrato econômico baseado na venda involucra da força de trabalho.

Com a chegada ao recinto da produção, a mandioca, passava por diferentes etapas de transformação que eram principiadas pela raspagem. Exercida, principalmente, por mulheres e

¹ Tratava-se de exceções, pois grande parte dos trabalhadores estavam inseridos em um modelo de cooperação, mas, aos mais carentes eram fornecidas esta ajuda para subsidiar as necessidades mais básicas. Cabe-se salientar que no período entre a o final da década de 1990 e o início dos anos 2000 salário mínimo correspondia a menos de 35% do atual, desta forma, os itens da cesta básica eram comprados com dificuldades pela maioria dos trabalhadores diaristas.

crianças, mas também, dependendo da demanda e do tempo a cumprir possíveis encomendas, os homens participavam. Nesta etapa de produção se retirava a casca que poderia tornar o produto final inconsumível ao paladar, pois tornar-se-ia demasiadamente amargo, assim como, carregado de impurezas vindas do terreno de extração. Todavia, além de retirar os rejeitos da mandioca, a raspagem, era um notável momento para as conversas. Onde as donas de casa que na maioria das vezes eram reclusas aos seus domicílios encontravam as comadres para conversas sobre os mais diversos assuntos e, acompanhado a isto, ainda cuidavam das crianças que também ajudavam nesta etapa do processo. Na raspagem acontecia um movimento de socialização acompanhado de um processo educativo, que culminava em um procedimento de integração simbolizado pela estratégia de raspagem que atribuía áreas da mandioca a diferentes pessoas. Um raspava o “capote” (parte de baixo), outro o meio e, por fim, o acabamento.

Depois de raspada a mandioca era moída. Nesta etapa do processo de produção um aspecto se ressaltava, basicamente, o meio que a processava pois se diferenciava do restante da casa de farinha por se tratar de uma máquina. Em um espaço, por vezes, rústico e inóspito ao moderno as máquinas eram escassas, exceto o motor que realizava a moagem. Onde a força-motriz humana e animal era regra, a tração a óleo e querosene era a exceção, de um modo geral, em um espaço de tijolo bruto e corroído pelas intempéries, o ferro era escasso e “estranho”. Era, objetivamente, os primeiros sinais da modernidade produtiva no convencionalmente arcaico e artesanal modo-de-produzir farinheiro. Acerca do moderno, enquanto diferente e promovedor de rupturas, pode-se inferir o motor como um estranho pois “este pertence a outro mundo, daquele que sofre seu impacto e vive a sua presença intrusa” (MARTINS, 1993, p. 11). Estranho em diversos aspectos. Desde a modificação e do impacto no processo de produção através do tempo, que ganha características otimizadas, assim como, também a gestão de produção, que passa a assimilar novas demandas de mão de obra. Entretanto, esta etapa se destoa das outras devido a ríspida “solidão” daquele que a exerce, seja pela necessidade de individualização, por demandas de segurança; até por questões de impossibilidade de interação devido ao barulho do motor. Desta forma, nesta etapa um indivíduo era responsável por friccionar a mandioca raspada no moedor que tornava-a uma polpa umedecida.

Na massa pastosa que era resultante do processo da moagem fazia-se uma prensagem que era a etapa onde era necessária mais força, assim como, simbolicamente permeada de um sentido de união através da tração humana. A prensa pode ser descrita como a junção fixa de duas madeiras densas (ou grandes vigas) que ficavam paralelas, formulando uma junção interligada à um grande tronco em forma de parafuso que impunha a pressão sobre a massa pastosa tornando-a mais seca. Imprescindível para o cozimento ou a “torra” da farinha, a prensagem era um modo bem rústico para a extração do líquido da mandioca. Esta atividade, por suas características mais vinculadas a força e a tração manual, era mais exercida por homens devido, também, a próxima etapa ser atribuída, principalmente, às mulheres e/ou as crianças.

Com a retirada do líquido, a massa pastosa da mandioca, passava a ficar mais seca e menos densa, no entanto, ainda restam impurezas, que eram retiradas em uma próxima etapa do processo de produção: a peneiragem. Para a retirada de alguns materiais impróprios para o cozimento da massa, este processo, era essencial para a produção da farinha. Assim, como não necessitava de demasiada força física, mas sim, sutileza para com a massa seca, esta parte, era realizada geralmente por mulheres ou crianças, inclusive, posteriormente a este procedimento as primeiras retiravam-se da produção de farinha, para o preparo da tapioca, que era muito apreciada pelos trabalhadores farinheiros. Em uma definição base, o processo de peneiragem, comportava uma ação bem elementar que era aproveitada para a brincadeira das crianças, devido a densidade e maciez da massa que derivava deste processo.

Para culminar o processo produção da farinha havia o cozimento realizado em um forno de barro cozido, revestido com placas de cimento encaixadas em um formato circular. Como era uma atividade cansativa e repetitiva, estava aos encargos de homens, tanto o cozimento da massa da resultante da peneiragem como a extração das matérias-primas para a torra da farinha. Com relação as madeiras que alimentavam o forno da casa de farinha, algumas plantas se destacavam, desde o denominado velame até a algaroba (*Prosopis juliflora*) seca. No processo de cozimento, recorrentemente às noites eram atravessadas e os trabalhadores revezavam o constante movimento repetitivo que era necessário para a farinha não queimar. Dentro das noites de trabalho teciam-se os mais diversos diálogos entre os homens que eram responsáveis por esta etapa, que através de uma linguagem peculiar ao

espaço criavam as teias de socialização que fomentava unidade entre os trabalhadores e os espaços de produção como marco referencial.

Depois deste processo, tornava-se pronto o produto final que era distribuído entre os compadres e as comadres que participaram da produção; outra parte ficava para a alimentação da casa do produtor, juntamente, ao dono da casa de farinha; e a maior parte era posto em sacas para serem vendidas no comércio local através dos atravessadores. As medições das sacas eram feitas a partir de cuias que fugiam a regulamentação de pesos e medidas instituídas pela modernização da cidade, mediante isto, até o próprio sistema de pesagem, em rústicas balanças de madeira que utilizavam o sistema métrico da compensação onde existia uma equivalência que, basicamente, funcionava da seguinte forma: cinco quilos valiam cinquenta de maneira fixa, neste sentido, a escala de pesagem tinha como base referencial um peso correspondente a 10% da massa avaliada final. Deste modo, a partir desta configuração descritiva, fomentamos uma descrição das prerrogativas materiais da produção da farinha acompanhadas dos efeitos simbólicos que reverberaram em uma identidade a partir do meio de produção, porém, a partir do lócus de nossa pesquisa, evidenciamos muito mais usos acerca do espaço produtivo da farinha, assim, percebemos uma teia simbólica que apontou para diferentes disposições da identidade comunal que enfatizaremos a seguir.

3. As ressignificações feitas ao espaço das casas de farinha: o sentido de coesão social fora das disposições nos meios produtivos a partir do caso da comunidade São João Batista (1995 – 2004)

Depois da elaboração feita no tópico anterior acerca das duas vias que podem ser apontadas no processo produtivo da farinha, atentamos para o caso que fomentou a análise deste objeto de estudo. Neste sentido, buscamos perceber como a casa de farinha representa um marco na memória da comunidade São João Batista que encontra-se situada na zona rural do município de Lagoa Seca (PB). O recorte temporal entre os anos de 1995 – 2004 foi avaliado como pertinente por viabilizar a pesquisa através da história oral, pois grande parte dos representantes das gerações mais antigas faleceram, deste modo, foi possível através de um conhecimento prévio do espaço analisado um selecionamento dos entrevistados e a elaboração de um recorte histórico a ser estudado. Em primeiro momento foi formulada a

problemática acerca da casa de farinha mediante sua função, que na concepção de produção já ocupa um sentido de coesão social dentro do processo de transformação material, no entanto, com o caso analisado, o simbolismo deste ambiente se destoa de sua função a priori. Diante disto, percebemos como fora contundente para a formação da identidade naquela comunidade a interação com este espaço. Mediante isto, podemos destacar as celebrações religiosas que eram feitas na casa de farinha do senhor *Susa*². Realizadas pelo menos uma vez ao mês por um cônego formalmente designado pela paróquia da cidade, as missas, reforçavam a sacralidade naquela comunidade e institucionalizam a cada celebração a simbiose daquela comunidade com a casa de farinha. Como destaca a entrevistada

Era muito bom e importante as celebrações lá na casa de farinha de seu Susa. Agente de sentia muito unido. Muitas vezes eu assistia o padre falando sentado no forno. E, as vezes agente sentava nos bancos improvisados para escutar as missas (...) realmente, foi muito importante para agente aquele lugar. Não apenas pelas missas, mas, porque lá era celebrado nosso encontro com Deus. Aquela casa de farinha nunca será esquecida (GERTRUDES, 2016)³.

Um espaço de comunhão e unidade simbolizada não apenas pelas celebrações religiosas formais, mas também, pelas informais que ocorriam todo domingo às 16 horas. O culto dominical era um dos principais marcos de sintonia da comunidade de Lagoa do Barro com a religião, pois nestes encontros interagiam pessoas de variadas faixas etárias e de diferentes matrizes familiares com um intuito em comum: celebrar a sacralidade através da ligação com o divino, no espaço da casa de farinha. As celebrações ao divino também acarretavam festejos para uma fundamentação altruísta da comunidade que angariava renda nas quermesses e as predispunham para as famílias menos abastadas da comunidade ou fora dela, assim como, às rifas que eram idealizadas e implementadas com a mesma finalidade.

As festas e as celebrações construíram uma tradição de unificação comunitária através das próprias experiências da comunidade, assim, este lugarejo conseguiu *fazer-se*, segundo uma incorporação da ideia protagonismo social do historiador Thompson (2011), através das práticas que foram ritualizadas e associadas à memória naquele espaço. Até a construção da capela da comunidade, as celebrações e os festejos, foram realizados na

² Dono da casa de farinha mais simbolicamente importante para nossa pesquisa. Salientamos que outras casas de farinha foram investigadas na referente pesquisa, todavia, a mais contundente para a nossa análise foi esta. Como se trata de um trabalho de curto fôlego iremos expor apenas os casos referidos à esta casa de farinha.

³ Entrevista concedida mediante a apresentação do termo de esclarecimento consentido. A entrevistada foi selecionada por participar desde longa data das celebrações e dos eventos promovidos nas casas de farinha, principalmente, entre os anos de 1999 e 2004.

atinente casa de farinha, que se transfigurou de um mero espaço de produção para um marco simbólico e memorial confeccionador de todo um conjunto de lembranças para diversas gerações naquela comunidade. Era recorrente o encontro de jovens nas noites que contemplavam os cultos do mês de maio como se institucionalizou na tradição cristã local. Como colocou a entrevistada, “era muito legal aqueles encontros das novenas. Agente encontrava todo mundo. Conversava, brincava, namorava, cantava. Que época... toda vez que olho para onde era a casa de farinha de seu Susa me vem à mente aquele tempo bom” (SILVA, 2016)⁴. No breve, mas contundente fragmento da entrevista existe um teor de nostalgia e de simbolismo acerca do espaço da casa de farinha.

Neste sentido, pode-se perceber a concepção da casa de farinha como um lugar de memória. Seguindo a ideia de Nora (1993), os lugares de memória são aqueles espaços que evocam toda uma conjunção de pertencimento de um conglomerado social que se constrói através das experiências e das mediações familiares construídas pelas enunciações narrativas. Mediante isto, podemos afirmar que a conjunção simbólica constituída acerca dos espaços das casas de farinha, na atinente comunidade, induz à afirmação da identidade naquele grupamento social. Dito isto, podemos atribuir um descontentamento acerca da espacialização discursiva que busca simplificar as casas de farinha em uma mera condição de transformação material, pois aferimos maiores monções de complexidade ao buscar refletir acerca do campo dos simbolismos, dentro da categoria identidade. Como uma espécie de marco ou baliza da identidade na comunidade de Lagoa do Barro, as casas de farinha, ainda apresentavam um protagonismo no que tange às movimentações políticas deste lugarejo.

Entre os anos de 1998 ao ano 2000, como nos conta Souza (2016)⁵, “a situação não era boa para água. Aí a gente buscava se encontrar nas casas de farinha para conversar sobre podia fazer. (...) decidimos então fazer mutirões para limpar os barreiros que estavam secos para quando as chuvas chegassem a gente não passar aperto”. Mediante esta breve, mas

⁴ Entrevista concedida mediante a apresentação do termo de consentimento esclarecido. A entrevistada foi selecionada por vivenciar grande parte da época trabalhada nos espaços das casas de farinha. Através dos diversos festejos que presenciou; das cerimônias que participou; enfim... pelas experiências na casa de farinha que não estavam correlacionadas à produção farinheira, mas, diretamente ligada a ressignificação destes espaços.

⁵ Entrevista concedida mediante a apresentação do termo de livre esclarecimento. O entrevistado foi selecionado por possuir participação ativa na produção da farinha e também nas reuniões que tinham como foco a temática da escassez das chuvas no período mencionado.

esclarecedora colocação pode-se constatar, o espaço analisado como um marco de representação política, pois mediante o histórico descaso do poder público com os praticantes da agricultura familiar e de subsistência, estes, careciam de organizações autônomas que prezassem por mínimas condições de manutenção no próprio meio da comunidade através dos contratos morais.

Em detrimento das inópias condições que circundavam as recorrentes dificuldades vivenciadas na zona rural aconteceram alguns encontros. Neste sentido, a partir de uma interpretação que tem como busca as movimentações políticas como atos de integração dentro de uma classe, pode-se dizer que, a casa de farinha foi a demarcação deste simbolismo para a comunidade de Lagoa do Barro. Como nos esclarece Thompson (2011), “por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência” (p.9). A partir desta ideia, associamos o sentido de classe como algo que se relaciona com a noção que pressupõe o lastro de uma comunidade: a coesão. Este aspecto busca enfatizar as semelhanças que são percebidas dentro das diferenças. Neste sentido, a partir de uma comunidade que, hegemonicamente, possuía a mão-de-obra associada à agricultura familiar e subsistência; com uma matriz religiosa vinculada ao catolicismo popular; mediante um nível muito baixo de instrução acadêmica; assolada pelas inconstâncias dos índices pluviométricos; e outros demais fatores que eram debatidos nas casas de farinha, elegeram-na inconscientemente como o símbolo da consciência comunitária que construiu o fundamento daqueles sujeitos camponeses como uma classe social reconhecidamente legítima em seu interior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o que foi apresentado, percebemos a necessidade de enxergar a casa de farinha como um espaço que está atrelado a uma vinculação identitária, mediante o caso analisado. A partir de uma ressignificação do espaço de produção material para uma configuração simbólica, os farinheiros, transformaram as estruturas de um prédio composto por vigas de madeira enegrecidas pela fumaça do forno; paredes externas que demonstravam os tijolos malcozidos quase que completamente corroído pelas intempéries e internamente

com as paredes emboçadas com cimento fraco e permeado de porosidades; tendo como bancos as cuias (em casos de celebração religiosa ou reuniões tinham cadeiras de plástico); e outros adereços que justificam, materialmente, a imagem da casa de farinha como um espaço de beneficiamento da mandioca; em um espaço de significação simbólica que se serve como uma espécie de chave-de-ativação memorial acerca da identidade daquela remota comunidade.

Dentro desta proposição, avaliamos como necessárias algumas abordagens que proponham o revisionismo acerca desta temática, não ligada meramente as características economicistas. Salientamos que o espaço da casa de farinha não deve ser abnegado como aspectos de transformação material, entretanto, os aspectos que circundam o meio produtivo também devem ser levados em consideração. A partir do caso analisado, foi possível criar uma percepção de um modelo de economia não condizente com as características capitalistas. Desta forma, por se basear em contratos materiais subordinados à aspectos de uma moral simbólica comunitária, a comunidade São João Batista, possuiu aspectos que não podem ser analisados simplesmente a partir das estruturas econômicas que os envolveram, muito disto, devido ao à configuração simbólica da ideia de comunidade estar atrelada a uma espécie de resistência ao modelo burocrático capitalista.

Dito isto, este breve enunciado buscou tecer uma concisa teia de significados acerca do espaço da casa de farinha, associando-a diretamente a identidade de coesão daqueles que vivenciaram o contexto do lugarejo pesquisado. Por consequência, como se constituiu em um marco simbólico, a casa de farinha, tornou-se também um espaço de memória devido ao conjunto de aspectos que forjaram a identidade naquela comunidade. Diretamente relacionadas a memória e a constituição da identidade, ela fomentou o princípio de unificação que foram passíveis percebermos, assim, foi possível avaliarmos como é inconcebível discorrer sobre aquela comunidade, de forma profunda, sem considerar a importância das casas de farinha. Diante do conjunto de proposições/exposições que foram empregadas, não em busca de saturar esta discussão, mas com o intento de contribuir pontualmente, este artigo, culmina com sentimento de êxito acerca de sua pretensão a priori.

REFERÊNCIAS

DESAN, Suzanne. **Massas, comunidades e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis**. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. Tradução de Jeferson Luiz Camargo. – 2. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 65-96.

GERTRUDES, E. P., **Entrevista Concedida**. Lagoa Seca 09/06/2016.

MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estranho**. - São Paulo, SP: Editora Hutitec, 1993.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. IN: __ **O Capital, Crítica da Economia Política**; Volume I: O Processo de Produção do Capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996, p. 297-315.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. –São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

SANTOS, Elizangela Gerônimo dos. **Tarimba: Aspectos históricos e culturais de Lagoa Seca (1929-1969)**. – Bauru, SP: Canal6, 2007.

SILVA, Andreia P. Barbosa. **Entrevista concedida**. Lagoa Seca 16/07/2016.

SILVA, Cirlene do Socorro da; SILVA, Maria das Graças da. **Casas de farinha: cenários de (con)vivências, saberes e práticas educativas**. In: *Farinheiras do Brasil: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca*. DENARDIN, Valdir Frigo; KOMARCHESKI, Rosilene (orgs.). – Matinhos, PR: UFPR Litoral, 2015, pp. 59 - 82.

SOUSA, C. G., **Entrevista concedida**. Lagoa Seca 20/06/2016.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. Revisão técnica de Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. – 3. reimpr. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **A formação da Classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottmann. – 6. ed. – São Paulo, SP: Paz e Terra, 2011.

_____. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros.** Tradução de Waltensir Dutra. –
Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.